

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ECONOMIA

MATHEUS ALTAIR CANCIO BUFALO

O meio circulante no Brasil oitocentista: análise e dimensionamento da moeda em circulação no século XIX

JUIZ DE FORA - MG 2025

MATHEUS ALTAIR CANCIO BUFALO

O meio circulante no Brasil oitocentista: análise e dimensionamento da moeda em circulação no século XIX

Trabalho de conclusão de curso, no formato de artigo, apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bufalo, Matheus Altair Cancio.

O meio circulante no Brasil oitocentista : Análise e dimensionamento da moeda em circulação no século XIX / Matheus Altair Cancio Bufalo.

-- 2025.

28 f.

Orientador: Lourival Batista de Oliveira Junior

Coorientador: Angelo Alves Carrara

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia, 2025.

1. Meio circulante. 2. século XIX. 3. história econômica. 4. economia monetária. 5. moeda. I. Junior, Lourival Batista de Oliveira, orient. II. Carrara, Angelo Alves, coorient. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - FACECON - Depto. de Economia

FACULDADE DE ECONOMIA / UFJF

ATA DE APROVAÇÃO DE MONOGRAFIA II (MONO B)

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO COORDENADORA DE MONOGRAFIAS

NA DATA DE 04 / 03 / 2025, A BANCA EXAMINADORA, COMPOSTA PELOS PROFESSORES

- LOURIVAL BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR - ORIENTADOR(A);

- ANGELO CARRARA (CO-ORIENTADOR) E

- CLAUDIO ROBERTO FÓFFANO VASCONCELOS ,

REUNIU-SE PARA AVALIAR A MONOGRAFIA DO ACADÊMICO MATHEUS ALTAIR CANCIO BUFALO, INTITULADA: O MEIO CIRCULANTE NO BRASIL OITOCENTISTA: ANÁLISE E DIMENSIONAMENTO DA MOEDA EM CIRCULAÇÃO NO SÉCULO XIX. APÓS PRIMEIRA AVALIAÇÃO, RESOLVEU A BANCA SUGERIR ALTERAÇÕES AO TEXTO APRESENTADO, CONFORME RELATÓRIO SINTÉTICO ANEXO.

NA DATA DE 11 / 03 / 2025 , VOLTOU A BANCA A REUNIR-SE, AVALIANDO NOVAMENTE A MONOGRAFIA APRESENTADA, APÓS INTRODUZIDAS AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS, RESOLVENDO APROVAR A REFERIDA MONOGRAFIA.

JUIZ DE FORA, 13 / 03 / 2025 .

PROF.^(a) LOURIVAL BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR

PROF.^(a) ANGELO ALVES CARRARA

PROF.^(a) CLAUDIO ROBERTO FÓFFANO VASCONCELOS

ANEXO

MONOGRAFIA – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ECONOMIA RELATÓRIO SINTÉTICO DA BANCA EXAMINADORA DA MONOGRAFIA INTITULADA : O MEIO CIRCULANTE NO BRASIL OITOCENTISTA: ANÁLISE E DIMENSIONAMENTO DA MOEDA EM CIRCULAÇÃO NO SÉCULO XIX APRESENTADA PELO(A) ACADÊMICO(A): MATHEUS ALTAIR CANCIO BUFALO SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS: PEQUENAS ALTERAÇÕES NO TEXTO

PROF.^(a) ORIENTADOR(A) LOURIVAL BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR

JUIZ DE FORA, 13 / 03 / 2025 .



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Batista de Oliveira Junior, Professor(a)**, em 13/03/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Alves Carrara, Usuário Externo**, em 14/03/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Roberto Foffano Vasconcelos, Professor(a)**, em 17/03/2025, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UIJf (www2.ujf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por me conceder força e perseverança ao longo dos anos de faculdade. Em momentos desafiadores, quando conciliar os estudos com o trabalho parecia difícil, me sustentou e não permitiu que eu desistisse.

À minha família e à minha namorada, meu mais sincero agradecimento pelo apoio incondicional e pelo incentivo constante. Foram eles que, com palavras e gestos de carinho, me motivaram a seguir em frente e a dar o meu melhor em cada etapa dessa jornada.

Aos professores, que, de diferentes formas, me inspiraram ao longo do curso, expresse minha gratidão. Em especial, agradeço aos meus orientadores, Lourival e Ângelo, que conduziram o processo de elaboração deste trabalho com leveza e dedicação. Registro também um agradecimento especial ao professor Ângelo, que, mesmo em processo de aposentadoria, aceitou esse desafio e me acompanhou nessa reta final, demonstrando um compromisso admirável com o ensino e a pesquisa.

Por fim, agradeço aos amigos e colegas que tive o privilégio de conhecer durante o curso. A diversidade da universidade não apenas ampliou meus horizontes acadêmicos, mas também me fez crescer como pessoa. Cada troca de experiência e cada momento compartilhado contribuíram para tornar essa caminhada mais enriquecedora.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1. INTRODUÇÃO	1
2. DINÂMICAS DA ECONOMIA E MOEDA NO BRASIL OITOCENTISTA.....	2
3. O ESTUDO DO MEIO CIRCULANTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX	6
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	8
4.1. Moedas Metálicas	9
4.2. Papel Moeda	13
5. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	16
6. CONCLUSÃO	18
REFERÊNCIAS	19

O MEIO CIRCULANTE NO BRASIL OITOCENTISTA: ANÁLISE E DIMENSIONAMENTO DA MOEDA EM CIRCULAÇÃO NO SÉCULO XIX

Matheus Altair Cancio Bufalo

RESUMO

Este artigo, de caráter exploratório, investiga a composição e a dimensão do meio circulante no Brasil durante o século XIX e sua relação com as transformações econômicas e financeiras ocorridas no período, caracterizadas pela adoção progressiva do padrão-ouro e pelo surgimento de instituições bancárias consolidadas. Para tanto, realiza-se uma análise quantitativa dos dados apresentados por Calógeras (1960), comparando-os com as estimativas de Maldonado (2011), a fim de expor inconsistências e propor uma sistematização histórica mais fidedigna.

A pesquisa apoia-se em dados comparativos e complementares, organizados em quadros e séries históricas, permitindo identificar lacunas e discontinuidades nas fontes disponíveis. Além disso, recorre-se a estudos secundários, como os de Cavalcanti (1983) e Meili (1903) para apoiar a mensuração.

Os resultados evidenciam que compreender o meio circulante no século XIX, a partir de uma perspectiva crítica e comparativa, é fundamental para esclarecer as políticas monetárias adotadas e seu papel no desenvolvimento econômico do Brasil. Além disso, o artigo contribui para o debate historiográfico ao propor uma sistematização mais consistente, alinhada às evidências históricas disponíveis.

Palavras-chave:

meio circulante, século XIX, história econômica, economia monetária, moeda

THE MONEY SUPPLY IN 19TH-CENTURY BRAZIL: ANALYSIS AND MEASUREMENT OF CIRCULATING CURRENCY

Matheus Altair Cancio Bufalo

ABSTRACT

This exploratory article investigates the composition and dimension of the money supply in Brazil during the 19th century and its relationship with the economic and financial transformations of the period, characterized by the progressive adoption of the gold standard and the emergence of consolidated banking institutions. To this end, a quantitative analysis of the data presented by Calógeras (1960) is conducted, comparing it with the estimates of Maldonado (2011) to expose inconsistencies and propose a more reliable historical systematization.

The research is supported by comparative and complementary data, organized into tables and historical series, enabling the identification of gaps and discontinuities in the available sources. Additionally, secondary studies, such as those by Cavalcanti (1983) and Meili (1903), are utilized to support the measurements.

The results demonstrate that understanding the money supply in the 19th century from a critical and comparative perspective is essential to clarifying the monetary policies adopted and their role in Brazil's economic development. Furthermore, the article contributes to the historiographical debate by proposing a more consistent systematization aligned with the historical evidence available.

Keywords:

money supply, 19th century, economic history, monetary economics, currency

1. INTRODUÇÃO

O século XIX foi um período de intensas mudanças para o Brasil, marcado pela transição entre a condição de colônia, a fase imperial e, finalmente, o advento da República. Nesse contexto, a análise do meio circulante revela-se fundamental para compreender as dinâmicas econômicas e sociais que moldaram o país. No entanto, a pesquisa sobre a dimensão do meio circulante brasileiro enfrenta dificuldades relacionadas à confiabilidade e à coerência dos dados disponíveis, que variam de acordo com as fontes históricas consultadas. Essas disparidades motivam uma investigação comparativa capaz de apontar lacunas, corrigir inconsistências e oferecer um panorama mais acurado da base monetária do Brasil oitocentista.

Com base nessa perspectiva, o presente artigo investiga o meio circulante no Brasil do século XIX, baseando-se na produção da Casa de Moedas. O objetivo central é contribuir para o debate historiográfico, examinando divergências entre as estimativas apresentadas por Calógeras (1960) e as de Maldonado (2011) no que diz respeito a cunhagem de moedas metálicas no período. De modo específico, pretende-se mensurar a magnitude e a composição da moeda em circulação, avaliando as interações entre políticas econômicas, desenvolvimento econômico e relações de poder.

A relevância desse estudo consiste em evidenciar quantitativamente as condições estruturais e conjunturais que ajudaram a moldar a trajetória socioeconômica brasileira do século XIX. Para tanto, foi adotada uma abordagem exploratória e comparativa, na qual foram coletados dados primários e secundários e organizados em quadros.

Este artigo está estruturado em seis partes, sendo a primeira esta introdução. No desenvolvimento, a segunda parte situa historicamente o Brasil do século XIX e discute os principais desafios impostos à circulação monetária. Em seguida, apresenta-se uma revisão da literatura na qual se destacam as contribuições de Calógeras (1960), Maldonado (2011) e outras fontes relevantes para o tema. Na quarta parte, descreve-se a metodologia adotada para a coleta e análise dos dados, destacando que as abordagens para moedas metálicas e papel-moeda foram distintas. Os resultados do confronto entre as fontes, acompanhados de uma discussão sobre as lacunas e divergências encontradas, compõem a quinta parte. Por fim, a sexta parte do artigo é composta pela conclusão.

Dessa forma, busca-se a compreensão das estruturas monetárias vigentes ao longo do século XIX e seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico do Brasil. As análises e dados aqui reunidos podem, assim, servir de subsídio para investigações futuras, contribuindo para a elaboração de melhores interpretações econômicas sobre o Brasil oitocentista.

2. DINÂMICAS DA ECONOMIA E MOEDA NO BRASIL OITOCENTISTA

O Brasil do século XIX exibiu um cenário econômico e social profundamente desigual, caracterizado pela dependência das exportações agrícolas, pela transição entre distintos modelos de organização produtiva e pela busca de modernização em meio a tensões internas e pressões externas. Sua estrutura econômica, baseada em moldes coloniais, tinha no café a principal fonte de divisas para custear importações e abater a dívida externa. Essa dependência sujeitava o país às oscilações do mercado internacional, limitando sua capacidade de crescimento (FURTADO, 2005).

Nesse contexto, o período de 1830 a 1853 teve importância na trajetória de modernização marcada por transformações econômicas, políticas e monetárias. A abdicação de Dom Pedro I, em 1831, e a instabilidade que se seguiu à Regência evidenciaram a fragilidade institucional do país, ao mesmo tempo em que crises econômicas se intensificaram com a liquidação do primeiro Banco do Brasil em 1829 e a desvalorização cambial, resultante do entesouramento e exportação de metais preciosos. A inflação elevada, a circulação de moedas de cobre de baixo valor intrínseco e a falta de confiança na moeda nacional evidenciavam a fragilidade do sistema financeiro da época (PELAEZ e SUZIGAN, 1976, p. 59-60).

Somado a isso, a economia nacional se fundamentava em grandes propriedades agroexportadoras, especialmente de café, baseadas na utilização intensiva de mão de obra escrava. Embora gerasse superávits comerciais significativos, esse modelo restringia o desenvolvimento de setores como a indústria, perpetuando a concentração de renda e a subordinação às demandas externas. A Tarifa Alfandegária de 1844, ao incrementar as alíquotas de importação, representou um esforço para equilibrar as contas públicas e proporcionar alguma proteção ao produto interno, mas mostrou-se insuficiente para impulsionar a industrialização, perpetuando a dependência de bens manufaturados estrangeiros (PELAEZ e SUZIGAN, 1976, p. 79-80).

Buscando reverter tal cenário, o governo instaurou uma comissão para reformular o padrão monetário, que resultou na Lei do Padrão Ouro de 1846. Essa lei visava redefinir a paridade cambial do mil-réis e encorajar o uso de moedas metálicas, projetando credibilidade à moeda brasileira perante o comércio internacional. Assim, na ótica de Peláez e Suzigan (1976)

A consequência fundamental da lei foi situar o Brasil no padrão ouro (pelo menos legalmente). A lei definia cuidadosamente o conteúdo de ouro da unidade monetária brasileira. O propósito da lei foi promover a entrada de ouro e consolidar a moeda metálica no Brasil. Seguiu-se um critério metalista: o dinheiro era valioso por si mesmo. Grande quantidade de metais fortes no estoque de moeda equivaleria a altos níveis de bem-estar e de prosperidade nacional (p. 79).

Contudo, a limitada disponibilidade de ouro e prata e a resistência de grupos pouco propensos a renunciar a práticas tradicionais dificultaram a adoção de medidas inovadora (PIRES, 2009, p. 48). Isso fortificou uma corrente “papelista” que apoiava a circulação de papel-moeda como alternativa ao padrão metálico, argumentando que a emissão controlada de papel poderia estimular a economia sem depender exclusivamente de reservas de metais preciosos. Os "papelistas" defendiam que o papel-moeda, ao ser emitido por instituições confiáveis e respaldado por uma política monetária rigorosa, seria capaz de proporcionar maior flexibilidade ao sistema financeiro e atender às demandas crescentes de crédito e circulação em uma economia em expansão. Essa visão se alinha aos argumentos de Cavalcanti (1983), que definiu o papel-moeda como uma promessa de pagamento respaldada por sua função como agente circulante de valores, destacando sua natureza híbrida entre um título de crédito e um instrumento monetário.¹

Chama-se moeda-papel (talvez, mais correcto, moeda de papel) uma promessa escripta de pagar, ao portador e à vista, certa quantidade de numerario em especie, isto é, na moeda real do paiz. Em principio, ou quanto à sua natureza juridica, ella é um titulo de divida, analogo aos outros instrumentos de credito commercial, taes como os cheques, bilhetes à ordem, letras de cambio, bilhetes ao portador, não pagaveis à vista, etc., e, conseguintemente, poderia ser emissivel por qualquer individuo ou associação particular, como se dá a respeito dos ultimos. Mas, além de instrumento de crédito, essa promessa de pagamento à vista, transmissivel, como é, pela simples tradição manual, torna-se, naturalmente, um agente circulante de valores, isto é, desempenha as funcções da moeda; e dahi a intervenção dos poderes publicos, por ser doutrina corrente, em accôrdo com a tradição juridica em toda a parte, que só ao Estado pertence o direito soberano (régalien) de bater moeda (p. 21).

Por meio de uma abordagem histórica, Cavalcanti (1983) contrapõe o argumento metalista.

Fazendo [...] um ligeiro retrospecto da evolução histórica, por que tem passado a moeda, segundo o grau de civilização dos povos, achamos: - primeiro, serve de moeda, uma mercadoria ou objeto qualquer, cuja preferência resultara apenas de nele recair o consenso comum, para ser o denominador de valor dos demais objetos; - depois, - reconhece-se, pela experiência, que o objeto moeda, para bem servir, deve ter as seguintes qualidades – ser durável, ser divisível, ser transportável, - e daqui, a adoção dos metais para aquele mister, - começando pelo ferro e pelo cobre; - e por fim, alvitado o princípio de que a moeda deve ser, não só um representativo convencional de valor, mas ela própria, um valor real equivalente, - assentou-se que os metais nobres, por terem todas as qualidades exigidas, se devera conferir o privilégio de –ser moeda. (p. 23-24).

Enquanto Cavalcanti (1983) defende que o papel-moeda pode desempenhar o papel de moeda legítima quando bem administrado, Ortigão (1914) rejeita essa ideia, adotando uma

^{1 1} Amaro Cavalcanti, além dos estudos sobre o meio circulante, foi um homem de participação notória na vida política do país. Participou da Constituinte, em 1891, em sendo senador do Estado do Rio Grande do Norte eleito em 1890; foi ministro plenipotenciário do Brasil no Paraguai, de março a outubro de 1894; nomeado Ministro do interior em 1897; consultor do Ministério de Relações Exteriores, de 1905 a 1906. Em junho de 1906 foi nomeado ministro Supremo Tribunal Federal. Aposentou-se em 1915 (PIRES, p. 89).

visão estritamente metalista. Para o autor metalista, a estabilidade econômica depende da raridade e do valor intrínseco dos metais preciosos, e a emissão excessiva de papel-moeda gera um ciclo vicioso de inflação e crises. Assim, enquanto Cavalcanti (1983) enxerga a moeda fiduciária como uma evolução natural do sistema financeiro, Ortigão (1914) a compara a um paliativo que apenas adia problemas estruturais e compromete a solidez monetária.

Ortigão (1914) busca demonstrar que a recorrência das crises monetárias está intimamente ligada à emissão descontrolada de papel-moeda. Segundo ele, cada crise resolvida por meio de novas emissões cria as bases para a próxima, em um ciclo vicioso onde a necessidade de mais moeda se intensifica progressivamente. Ele compara esse processo ao vício em morfina, no qual o próprio uso da substância gera novas crises, ao mesmo tempo que proporciona alívio temporário (p. 13-14).

A dinâmica inflacionária se estabelece justamente por essa sensação passageira de recuperação econômica a cada nova emissão de moeda. No entanto, em pouco tempo, reaparecem os mesmos problemas de escassez de crédito, levando a um novo apelo por mais emissões. Esse ciclo contínuo impulsiona o aumento dos preços e torna cada vez mais inviável o retorno ao padrão metálico. Além disso, o controle exercido por meio da expansão monetária tem impactos diretos sobre as finanças públicas e a taxa de câmbio, comprometendo as perspectivas de crescimento econômico (PIRES, 2009, p. 101-104).

Para Ortigão (1914), a defesa da moeda de papel não é viável, uma vez que a credibilidade da moeda é um fator essencial para que ela possa cumprir sua função econômica. Sem a confiança do público e do mercado, a estabilidade monetária se torna insustentável.

Entre os característicos principais de uma boa moeda destacam-se, em primeiro lugar, a utilidade, a transmissibilidade e a raridade ou limitação de quantidade; estes três requisitos dando lugar a que ella seja facilmente permutável. Em seguida, é preciso que a substância escolhida para servir de moeda tenha, o mais possível, valor estável, permanente quase invariável; e para isso torna-se indispensável que ella offereça uma grande resistência aos elementos phisicos que a possa deteriorar ou alterar, o que equivale a dizer que deve ser, no mais alto grão, durável e inalterável. Cumpre ainda que ella encerre grande valor em pequeno volume, para que seja facilmente transportável; que seja homogênea e divisível, para poder aplicar-se a toda espécie de objectos; que, finalmente, seja de natureza a poder-se verificar facilmente a exactidão da quantidade e da qualidade de matéria prima que a constitue e da qual resulta o attributo principal de seu valor (p. 03).

Durante a primeira metade do século XIX, os desafios relacionados ao meio circulante desencadearam intensos debates na Câmara dos Deputados. Esses diálogos tinham como objetivo principal encontrar soluções que trouxessem estabilidade à moeda, condição indispensável para impulsionar o crescimento econômico. A problemática da moeda estava fortemente conectada às questões bancárias, frequentemente apontadas como responsáveis pela

desvalorização monetária. Embora já existissem menções a planos e legislações para enfrentar tais dificuldades nos anos 1830, foi apenas na década seguinte que o tema ganhou maior relevância e passou a ser tratado com maior urgência. Nesse contexto, foram aprovadas medidas legislativas voltadas à descentralização do meio circulante, à substituição das notas em circulação e à criação de um novo banco nacional, encarregado de emitir uma nova série de bilhetes com o intuito de restaurar a confiança da população (SAEZ, 2013).

Diante desse cenário, parlamentares e agentes econômicos passaram a acompanhar atentamente as discussões realizadas na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa Provincial, com o intuito de identificar os envolvidos nos discursos sobre moeda e bancos, compreender os argumentos apresentados e analisar as propostas delineadas. Alguns estudiosos destacam esses debates como o embate entre “metalistas” e “papelistas”, grupos que, no campo monetário, refletiam as convicções dos conservadores e dos liberais. Nesse contexto, na visão de Peláez e Suzigan (1976) o Visconde de Itaboraí destacou-se como figura-chave ao buscar um equilíbrio entre essas posições.

O Visconde de Itaboraí foi provavelmente o mais importante técnico de política monetária na monarquia brasileira. De 1848 a 1853, dominou a política monetária como Ministro da Fazenda e posteriormente como Presidente do Banco do Brasil. De fato, suas ideias e medidas de política determinaram o comportamento da política monetária brasileira em anos posteriores. No debate entre metalistas e papelistas, Itaboraí escolheu um caminho intermediário, porém com certa inclinação para as políticas metalistas. Contudo, suas ideias constituem um dos enfoques mais ecléticos de política econômica e um esforço pragmático de conciliar os objetivos de decisão política da intermediação com os da estabilização (p. 90).

É nesse contexto que o sistema bancário surge como resposta às crescentes necessidades de crédito do setor exportador, e principalmente, ao anseio por modernização financeira. Com os bancos, a função de meio de troca foi facilitada, sobretudo, pelo avanço do crédito, que dinamizou a produção e a circulação capitalista. Já a função de reserva de valor evoluiu, transformando o entesouramento tradicional de ouro e prata em um sistema de poupança bancária. Esse novo arranjo incentivou os poupadores a depositar seus recursos nos bancos, que passaram a remunerar os depósitos com juros.

A fundação do Banco do Brasil em 1851, liderada pelo Visconde de Mauá, configurou uma iniciativa pioneira de modernização das práticas bancárias, buscando fomentar o progresso econômico. Entretanto, a pluralidade bancária e a concorrência entre emissores de vales despertaram receios em segmentos governamentais, temerosos do surgimento de desequilíbrios monetários. Sob a influência do Visconde de Itaboraí, a Lei Bancária de 1853 instituiu o segundo Banco do Brasil, conferindo-lhe monopólio de emissão. Apesar de centralizadora, essa medida visava reduzir a volatilidade cambial, padronizar o crédito e

adequar o país a um mercado externo em expansão (PELAEZ E SUZIGAN, 1976).

Essas reformas e iniciativas eram visionárias porém limitadas e evidenciam as contradições do modelo brasileiro da época. O período, portanto, estabeleceu as bases de um sistema bancário que, apesar dos obstáculos, se tornaria indispensável para o financiamento do desenvolvimento nacional. As tensões entre estabilidade monetária e crescimento interno, assim como entre os interesses dos grandes exportadores e as demandas de modernização, moldaram o Brasil do século XIX e direcionaram as políticas econômicas das décadas seguintes.

3. O ESTUDO DO MEIO CIRCULANTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX

No debate historiográfico sobre o meio circulante no Brasil do século XIX revelam-se vários autores significativos na política econômica nacional do período, vários indivíduos dissertaram sobre o tema, ocuparam funções de administração da moeda brasileira ou exerceram mandatos políticos, cada um com visões singulares sobre a circulação monetária e seu papel no desenvolvimento do país. Entre eles figuram Rodrigo Maldonado, Ramalho Ortigão, Joaquim Murinho, Rui Barbosa, João Pandiá Calógeras, Leopoldo Bulhões, Pires do Rio, Julius Meili, Amaro Cavalcanti e Francisco de Paula Mayrink. Destes autores, cinco possuem obras que se destacam pelas contribuições singulares que oferecem na análise quantitativa da base monetária, são eles Calógeras (1960), Cavalcanti (1983), Meili (1903), Ortigão (1914) e Maldonado (2011). Embora cada um se volte a aspectos distintos, sejam eles políticos, teóricos ou metodológicos, suas obras se complementam ao evidenciar a complexidade e a relevância do estudo do meio circulante no Brasil pré-república.

Calógeras (1960) retrata a moeda como um reflexo dos destinos da nação. O autor ressalta a profunda conexão entre fenômeno monetário e conjuntura política, evidenciando como questões de poder influíam de forma decisiva nas instituições monetárias e também aponta a carência de formulações teóricas consolidadas, argumentando que a ausência de uma compreensão sistêmica do fenômeno dificultava a formulação de políticas financeiras eficazes. Seu estudo, portanto, lança luz sobre a interdependência entre economia, política e questões institucionais na configuração do meio circulante.²

Já Cavalcanti (1983) apresenta uma perspectiva teórica orientada pela defesa da moeda fiduciária. O autor entende que o valor monetário não decorre necessariamente de um conteúdo metálico, mas sim da confiança que a sociedade deposita nesse instrumento de troca.

² Natural do Rio de Janeiro, João P. Calógeras construiu uma carreira política notável, atuou como deputado federal por Minas Gerais, foi ministro em diversas pastas (Agricultura, Comércio e Indústria em 1914; Fazenda em 1916) e se tornou o primeiro civil a comandar o Ministério da Guerra entre 1919 e 1922 (BASTOS, 2024, p. 4-5).

Observa que qualquer mercadoria ou objeto pode desempenhar a função monetária, contanto que haja aceitação coletiva, embora reconheça que o papel-moeda exige mecanismos de controle particularmente no que diz respeito à quantidade emitida para não comprometer sua credibilidade. Em sua argumentação destaca que em vários momentos da história brasileira, moedas metálicas variavam de valor real, ao passo que o papel-moeda interno permanecia funcional. O cerne de sua contribuição consiste em defender que o componente fiduciário não inviabiliza o desenvolvimento econômico, desde que haja cautela na emissão e confiança por parte dos agentes sociais.

Meili (1903) adota uma perspectiva historiográfica ao examinar a evolução do papel-moeda no Brasil, compilando legislações e debates parlamentares sobre a emissão e regulação monetária. Em seu estudo, destaca a falta de consenso quanto à regulamentação do meio circulante, evidenciando como as sucessivas revisões legais ora buscavam centralizar a autoridade emissora, ora permitiam flexibilidade às instituições bancárias. Dessa forma, o autor contribui ao mostrar que a conformação do sistema monetário envolvia disputas de poder político e visões divergentes sobre a função do Estado na economia.³

Ortigão (1914) adota uma perspectiva estritamente metalista ao discutir o meio circulante no Brasil oitocentista, enfatizando a importância do lastro metálico como fundamento da estabilidade monetária. O autor argumenta que a emissão descontrolada de papel-moeda gera um ciclo de desvalorização, inflação e novas crises, comprometendo a confiança na moeda e dificultando o retorno ao padrão metálico. Em sua análise, Ortigão critica a flexibilização na emissão fiduciária e ressalta que apenas uma política monetária ancorada em metais preciosos poderia garantir a previsibilidade econômica e evitar distorções no mercado. Sua contribuição se destaca por evidenciar a relação entre crises financeiras e a expansão do papel-moeda, defendendo que a solidez da moeda deveria ser garantida por sua conversibilidade em ouro e prata, assegurando, assim, a disciplina fiscal e a estabilidade dos preços.

Maldonado (2011) diferencia-se por oferecer um estudo de cunho mais metodológico e quantitativo. O autor sistematiza os dados referentes ao meio circulante, trabalhando com registros oficiais e estatísticas da Casa da Moeda e fontes diversas e tem como objetivo estimar não apenas o volume de cédulas e moedas em circulação, mas também a distribuição regional e as oscilações em períodos de crise ou de reformas monetárias. Para o autor análise comparativa das regiões do Império é fundamental: enquanto polos econômicos

³ Hermann Friederich Julius Meili é considerado o “pai da numismática brasileira” e teve a mais completa coleção de moedas, cédulas e medalhas do Brasil (WILDBERGER, 1982).

ligados ao café ou à borracha demandavam maior quantidade de moeda, áreas menos integradas às exportações mantinham um volume monetário mais restrito.

Acrescentando a estes autores, na obra de Peláez e Suzigan (1976), encontra-se uma análise abrangente das dinâmicas econômicas e institucionais que moldaram o sistema monetário brasileiro no século XIX, servindo tanto para contextualizar historicamente as reformas monetárias quanto para acessar dados específicos em séries temporais mais detalhadas. A obra foi particularmente útil para compreender o impacto de eventos como a Lei do Padrão Ouro de 1846. Além disso, Peláez e Suzigan (1976) fornecem subsídios quantitativos, organizados em séries temporais menores, permitindo uma visão mais segmentada das transformações econômicas e monetárias do Brasil oitocentista. Dessa forma, a obra contribuiu tanto para o entendimento do contexto histórico quanto para o embasamento empírico desta pesquisa.

No conjunto, Calógeras (1960), Cavalcanti (1983), Meili (1903), Maldonado (2011), Ortigão (1914) e Peláez e Suzigan (1976) contribuem para uma visão múltipla e enriquecedora do meio circulante no século XIX. Enquanto o primeiro se volta às implicações políticas e institucionais, o segundo foca na teoria monetária e na defesa da moeda fiduciária, o terceiro e quarto propõem uma abordagem empírica e quantitativa com enfoque na numismática, e o quinto defende o metalismo como ferramneta para evitar crises, garantir a disciplina monetária e manter a confiança na moeda e o último aprofunda o contexto histórico. Dessa forma, suas obras oferecem bases complementares para compreender como o meio circulante se articulava às estruturas econômicas, políticas e sociais do Brasil oitocentista, servindo de referência tanto para análises históricas quanto para reflexões atuais sobre política monetária e desenvolvimento.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Esta parte detalha os procedimentos metodológicos adotados para a coleta, organização e análise dos dados utilizados nesta pesquisa. Inicialmente, são apresentadas as fontes primárias e secundárias consultadas, seguidas da sistematização dos dados sobre a cunhagem de moedas metálicas e a emissão de papel-moeda ao longo do século XIX. A análise comparativa entre diferentes autores, como Maldonado (2011), Calógeras (1960), Cavalcanti (1983) e Meili (1903), permite identificar convergências e divergências na quantificação do meio circulante. A estruturação dos quadros busca facilitar a visualização dos dados, evidenciando discrepâncias e padrões monetários relevantes para a compreensão da economia

brasileira oitocentista.

Para garantir a precisão na quantificação do meio circulante, esta pesquisa adota a abordagem de cruzamento de dados. A principal dificuldade reside na inconsistência dos registros oficiais, que variam conforme o período e autor. Por isso, foi necessário estabelecer critérios para a padronização das informações, de modo a compatibilizar os valores apresentados.

4.1. Moedas Metálicas

Esta seção apresenta de forma sistematizada os dados coletados sobre a cunhagem de moedas metálicas. Essa organização facilita não apenas a observação da conjuntura econômica do período, como também contribui para futuras pesquisas, oferecendo uma base quantitativa para investigações sobre a política monetária e a circulação de valores em forma de moedas metálicas. Também permite identificar a introdução de novas denominações e alterações nas séries de cunhagem, que muitas vezes acompanham reformas monetárias e adaptações às demandas econômicas.

Para determinar a composição das moedas metálicas no meio circulante, o primeiro passo foi a coleta dos dados apresentados por Maldonado (2011), que oferece um referencial sobre a cunhagem e detalha anualmente a tiragem e o lastro das moedas produzidas pela Casa de Moedas. Esses dados oferecem um panorama sobre a produção monetária no Brasil, destacando a relação entre o valor nominal das moedas e suas respectivas tiragens. Para facilitar a análise, os dados foram organizados em uma planilha (quadro 1), onde cada linha apresenta o valor nominal, a tiragem (quantidade produzida) e o valor total em moedas para cada ano.

No quadro 1, estão apresentados os dados sistematizados, com os valores indicados para cada tipo de moeda e sua produção correspondente. Para calcular o valor total das moedas produzidas em cada ano, multiplicou-se o valor nominal de cada moeda pela quantidade fabricada naquele ano. Em seguida, somaram-se os resultados de todas as categorias de moedas para obter o total anual. Por exemplo, em 1834, foram produzidas 5.617 moedas de 10.000 réis e 891 moedas de 1.200 réis, totalizando, respectivamente, 56.170.000 réis e 1.069.200 réis, esses valores, quando somados, representam a produção total de moedas para aquele ano. O quadro apresenta os valores organizados de forma que cada tiragem corresponde ao respectivo valor nominal listado. Para períodos em que os dados não estavam disponíveis ou apresentavam valores nulos, foram substituídos por um traço ("-"), indicando a ausência de produção registrada.

Quadro 1: Cunhagem anual de moedas metálicas em réis, segundo Rodrigo Maldonado.

ANO	VALOR NOMINAL	TIRAGEM	RESULTADO
1833	10000	7304	73040000
1834	10000, 1200	5617, 891	57239200
1835	10000, 1200, 800, 200	13294, 10616, 1698, 4894	148016400
1836	10000, 100	10864, 5592	109199200
1837	1200, 400, 200, 100	6304, 7837, 5007, 9562	12657200
1838	10000, 800	482, 497	5217600
1839	10000, 1200	567, 186	5893200
1840	10000, 1200, 800, 200, 100	4462, 633, 145, 624, 910	45711400
1841	10000	345	3450000
1842	10000	1146	11460000
1843	10000, 1200, 800, 400	544, 1803, 127, 161	7769600
1844	10000, 800, 400, 200	1989, 628, 649, 893	20830600
1845	10000, 1200, 400	3834, 292, 179	38762000
1846	1200, 800, 200, 100	1898, 672, 893, 4699	3463700
1847	16000, 1200, 400, 400, 200, 100	25791, 10506, 744, 134, 2936, 682	426269800
1848	16000, 400, 200, 100	4567, 672, 501, 486	73489600
1849	20000, 1000, 500	6646, 965, 25970	146870000
1850	20000, 1000, 500	45256, 168680, 66572	1107086000
1851	2000, 1000, 500	256192, 98777, 94695	658508500
1852	20000, 2000, 1000, 500	185670, 276975, 195469, 167469	4546553500
1853	20000, 10000, 2000, 1000, 500	245628, 40399, 145052, 265532, 241487	5992929500
1854	20000, 10000, 5000, 2000, 1000, 500, 200	25271, 163043, 20654, 85702, 227568, 316573, 36680	2803714500
1855	20000, 10000, 5000, 2000, 1000, 500, 200	43038, 41401, 46510, 300244, 311770, 211769, 227609	2570984300
1856	20000, 10000, 5000, 2000, 1000, 500, 200	261885, 207760, 27444, 299328, 426506, 223132, 103309	8609909800
1857	20000, 10000, 5000, 2000, 1000, 500, 200	315403, 97997, 4631, 105341, 512322, 264775, 128321	8192240700
1858	20000, 10000, 5000, 2000, 1000, 500, 200	31950, 55263, 1146, 21558, 429941, 791333, 244818	2115047100
1859	20000, 10000, 5000, 2000, 1000, 500, 200	47181, 15684, 493, 40506, 996270, 492099, 151586	2456573700
1860	1000, 500, 200	387204, 108380, 28109	447015800
1861-1867	-	-	-
1868	20, 10	90630, 89604	2708640
1869	1000	144395	144395000
1870	-	-	-
1871	200, 100	3650000, 4000000	1130000000
1872	-	-	-
1873	40	3750000	150000000
1874	40	890000	35600000
1875	40	1207800	48312000
1876	10000, 1000, 500, 40	19602, 193813, 76440, 548750	450003000
1877	10000, 1000, 40	3411, 12030, 465000	64740000
1878	10000, 1000, 40	10311, 47349, 1222500	199359000
1879	10000, 1000, 40	6431, 35384, 2771250	210544000
1880	10000, 1000, 40	9806, 20246, 1568750	181056000
1881	1000	9610	9610000
1882	10000, 1000	4671, 18305	65015000
1883	10000, 1000, 100	10024, 30663, 2709000	401803000
1884	10000, 1000	10692, 21710	128630000
1885	10000, 1000	7955, 10565	90115000
1886	10000, 2000, 1000, 500, 200, 100, 50	3782, 1190, 48227, 5283, 176500, 876000, 590000	243468500
1887	10000, 2000, 1000, 500, 200, 100, 50	1180, 42988, 9875, 769, 857000, 1061000, 768461	423958550
1888	10000, 2000, 1000, 500, 200, 100, 50	5359, 746788, 99258, 244603, 788500, 1479000, 152976	2081974300
1889	2000, 1000, 500, 200, 100	1280232, 88653, 277883, 511463, 862000	2976551100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Maldonado (2011).

Posteriormente, os dados obtidos de Maldonado foram confrontados com a tabela apresentada por Calógeras (1960, p. 80), a qual foi transcrita em planilha, e gerou o quadro 2. A tabela original em Calógeras (1960) apresentava dados sobre moedas metálicas e papel-moeda, porém, para fins de análise, neste momento, foram considerados apenas os valores referentes às moedas metálicas, excluindo os relacionados ao papel-moeda.

Quadro 2: Cunhagem anual de moedas metálicas em réis, segundo João Pandiá Calógeras e Amaro Cavalcanti.

ANO	OURO	PRATA	COBRE	SOMA
1809 -1821	9.161.585.700	13.215.001.000	1.004.589.300	23.381.176.000
1822	145.864.800	429.999.040	270.994.210	846.858.050
1823	89.538.400	380.678.720	237.210.110	707.427.230
1824	153.196.000	576.000.000	534.225.150	1.263.421.150
1825	84.764.000	632.853.320	534.166.200	1.251.783.520
1826	36.670.000	705.683.200	547.692.380	1.290.045.580
1827	35.160.000	23.342.080	1.390.917.100	1.449.419.180
1828	4.160.000	-	2.640.514.780	2.644.674.780
1829	-	-	3.091.109.000	3.091.109.000
1830	5.872.000	1.341.20	2.878.836.760	2.886.049.880
1831	-	-	977.208.000	977.208.000
1832	203.820.000	2.758.720	478.667.900	685.246.620
1833	82.941.600	504.460	-	83.446.060
1834	76.360.000	6.029.300	-	82.389.300
1835	42.540.000	9.771.500	20.000.300.000	20.052.611.500
1836	98.610.000	6.433.600	-	105.043.600
1837	38.470.000	6.677.300	-	45.147.300
1838	3.510.000	4.046.400	-	7.556.400
1839	13.660.000	521.600	-	14.181.600
1840	25.950.000	726.000	-	26.676.000
1841	10.960.000	1.676.700	-	12.636.700
1842	2.520.000	3.388.800	-	5.908.800
1843	2.720.000	1.787.600	-	4.507.600
1844	12.200.000	976.800	-	13.176.800
1845	43.530.000	2.486.000	-	46.016.000
1846	11.160.000	1.576.600	129.134.900	141.871.500
1847	140.864.000	10.282.080	-	151.146.080
1848	146.960.000	10.712.320	-	157.672.320
1849	199.500.000	14.248.080	-	213.748.080
1850	978.710.000	202.166.000	-	1.180.876.000
1851	6.165.680.000	658.508.500	-	6.824.188.500
1852	3.713.700.000	833.655.500	-	4.547.355.500
1853	5.316.550.000	676.379.500	-	5.992.929.500

Fontes: Calógeras (1960) e Cavalcanti (1983).

Durante esse processo, observou-se que os dados sobre cunhagem de moedas metálicas em Calógeras (1960) eram consistentes com os de Cavalcanti (1983), enquanto os dados de Maldonado (2011) divergiam significativamente, destacando-se como a única fonte discordante. Dessa forma, o quadro 2 reflete a produção monetária metálica no período abrangido por Calógeras (1960), o que permite uma comparação direta com os dados de Maldonado (2011).

Quadro 3: Comparativo, cunhagem anual de moedas metálicas em réis segundo João P. Calógeras e R. Maldonado

ANO	SOMA (Calógeras)	SOMA (Maldonado)
1809 -1821	23.381.176.000	-
1822	846.858.050	-
1823	707.427.230	-
1824	1.263.421.150	-
1825	1.251.783.520	-
1826	1.290.045.580	-
1827	1.449.419.180	-
1828	2.644.674.780	-
1829	3.091.109.000	-
1830	2.886.049.880	-
1831	977.208.000	-
1832	685.246.620	-
1833	83.446.060	73.040.000
1834	82.389.300	57.239.200
1835	20.052.611.500	148.016.400
1836	105.043.600	109.199.200
1837	45.147.300	12.657.200
1838	7.556.400	5.217.600
1839	14.181.600	5.893.200
1840	26.676.000	45.711.400
1841	12.636.700	3.450.000
1842	5.908.800	11.460.000
1843	4.507.600	7.769.600
1844	13.176.800	20.830.600
1845	46.016.000	38.762.000
1846	141.871.500	3.463.700
1847	151.146.080	426.269.800
1848	157.672.320	73.489.600
1849	213.748.080	146.870.000
1850	1.180.876.000	1.107.086.000
1851	6.824.188.500	658.508.500
1852	4.547.355.500	4.546.553.500
1853	5.992.929.500	5.992.929.500
1854	-	2.803.714.500
1855	-	2.570.984.300
1856	-	8.609.909.800
1857	-	8.192.240.700
1858	-	2.115.047.100
1859	-	2.456.573.700
1860	-	447.015.800
1861-1867	-	-
1868	-	2.708.640
1869	-	144.395.000
1870	-	-
1871	-	1.130.000.000
1872	-	-
1873	-	150.000.000
1874	-	35.600.000
1875	-	48.312.000
1876	-	450.003.000
1877	-	64.740.000
1878	-	199.359.000
1879	-	210.544.000
1880	-	181.056.000
1881	-	9.610.000
1882	-	65.015.000
1883	-	401.803.000
1884	-	128.630.000
1885	-	90.115.000
1886	-	243.468.500
1887	-	423.958.550
1888	-	2.081.974.300
1889	-	2.976.551.100

Fonte: Elaboração própria com base em Calógeras (1960) e Maldonado (2011).

Subsequentemente, com os valores de prata, cobre e ouro indicados por Calógeras (1960) somados, foi possível a comparação direta com os resultados obtidos da multiplicação entre o lastro e a tiragem das moedas descritas por Maldonado (2011). Tal levantamento foi fundamental para identificar e organizar as discordâncias entre as fontes. O quadro comparativo (quadro 3) resultante desse processo sintetiza as informações disponíveis e salienta as discrepâncias entre os dados de Calógeras (1960) e Maldonado (2011).

4.2. Papel Moeda

A metodologia empregada nesta seção busca consolidar dados dispersos acerca da emissão de papel-moeda, reunindo as fontes em uma sistematização única. A disposição dos dados em quadros, separando valores de tesouro e bancos, e o cálculo dos totais seguem uma estrutura voltada a elucidar o peso de cada emissor na base fiduciária da época. Dessa forma, o artigo oferece uma visão sobre a evolução do papel-moeda no Brasil, abrangendo desde o início do século XIX até o final do período imperial.

Na sistematização do papel-moeda, a partir do levantamento dos dados de Meili (1903) (quadro 4) e Calógeras (1960) (quadro 5) notou-se que, diferentemente do que se refere às moedas metálicas, os dados sobre papel-moeda são mais complementares do que propriamente comparativos, visto que há apenas cinco anos de coincidência entre as séries (1849 a 1853). Nesse sentido, nota-se que as duas séries oferecem informações sobre períodos distintos e, em pequena parte, sobrepostos, contribuindo para uma compreensão mais ampla acerca do contexto histórico de emissão de papel-moeda no Brasil.

O quadro 4, elaborado a partir de Meili (1903), abrange o período de 1849 a 1889, evidenciando tanto a parcela do Tesouro quanto a dos bancos, bem como a soma total da circulação fiduciária. Em contrapartida, o quadro 5, extraído de Calógeras (1960), apresenta dados entre 1809 e 1853, também discriminados por Tesouro e Bancos, com o total correspondente. Assim, a justaposição dessas fontes permite organizar, em um só conjunto, informações relativas à circulação de papel-moeda ao longo de um intervalo histórico que abrange quase integralmente o século XIX, antes da consolidação republicana.

Antes da apresentação do quadro 4, é importante destacar que o levantamento oferece uma visão anual da circulação fiduciária, evidenciando o crescimento desse meio de pagamento ao longo das décadas. O quadro a seguir ilustra essa evolução, permitindo relacionar o impacto das políticas econômicas e das conjunturas internas e externas na base monetária brasileira nos últimos cinquenta anos do império.

Quadro 4: Circulação fiduciária 1849 a 1889 em réis, segundo Julius Meili.

ANO	TESOURO	BANCOS	SOMA
1849	47.531.000.000	1.147.000.000	48.678.000.000
1850	46.684.000.000	1.147.000.000	47.831.000.000
1851	46.684.000.000	1.313.000.000	47.997.000.000
1852	46.684.000.000	3.631.000.000	50.315.000.000
1853	46.684.000.000	5.569.000.000	52.253.000.000
1854	46.692.000.000	15.330.000.000	62.022.000.000
1855	46.692.000.000	21.062.000.000	67.754.000.000
1856	45.692.000.000	40.127.000.000	85.819.000.000
1857	43.676.000.000	51.359.000.000	95.035.000.000
1858	41.664.000.000	50.904.000.000	92.568.000.000
1859	40.700.000.000	55.172.000.000	95.872.000.000
1860	37.599.000.000	50.390.000.000	87.989.000.000
1861	35.108.000.000	46.903.000.000	82.011.000.000
1862	33.323.000.000	45.740.000.000	79.063.000.000
1863	30.594.000.000	51.126.000.000	81.720.000.000
1864	29.094.000.000	70.449.000.000	99.543.000.000
1865	28.090.000.000	82.149.000.000	110.239.000.000
1866	33.255.000.000	84.580.000.000	117.835.000.000
1867	60.164.000.000	62.356.000.000	122.520.000.000
1868	120.629.000.000	56.511.000.000	177.140.000.000
1869	150.687.000.000	43.133.000.000	193.820.000.000
1870	151.916.000.000	40.727.000.000	192.643.000.000
1871	150.833.000.000	38.329.000.000	189.162.000.000
1872	149.613.000.000	36.000.000.000	185.613.000.000
1873	149.578.000.000	35.432.000.000	185.010.000.000
1874	149.546.000.000	33.548.000.000	183.094.000.000
1875	149.501.000.000	32.367.000.000	181.868.000.000
1876	149.379.000.000	30.042.000.000	179.421.000.000
1877	149.347.000.000	30.009.000.000	179.356.000.000
1878	181.279.000.000	27.654.000.000	208.933.000.000
1879	189.258.000.000	27.654.000.000	216.912.000.000
1880	189.199.000.000	26.478.000.000	215.677.000.000
1881	188.155.000.000	24.129.000.000	212.284.000.000
1882	188.111.000.000	24.129.000.000	212.240.000.000
1883	188.041.000.000	22.955.000.000	210.996.000.000
1884	187.936.000.000	21.689.000.000	209.626.000.000
1885	187.344.000.000	20.517.000.000	207.861.000.000
1886	187.125.000.000	17.956.000.000	205.081.000.000
1887	188.861.000.000	16.419.000.000	205.280.000.000
1888	185.819.000.000	14.731.000.000	200.550.000.000
1889	170.781.000.000	12.396.000.000	183.177.000.000

Fonte: Meili (1903).

A análise dos dados expostos no quadro 4 permite observar uma trajetória de crescimento contínuo da circulação fiduciária, impulsionada, sobretudo, pela ampliação das emissões realizadas pelos bancos a partir da segunda metade do século XIX. Nota-se, ainda, que o aumento na emissão pelo Tesouro acompanha períodos de maior exigência fiscal, refletindo, assim, as demandas financeiras decorrentes de investimentos em infraestrutura e de contextos como o da Guerra do Paraguai (CALÓGERAS, 1960, P. 157-159). O conjunto dessas informações contribui para compreender o papel da moeda fiduciária na modernização

econômica brasileira e no desenvolvimento de sua estrutura monetária no período anterior à República.

Quadro 5: Circulação Fiduciária 1809 a 1853 em réis, segundo João Pandiá Calógeras.

ANO	TESOURO	BANCOS	SOMA
1809-1821	-	8.070.920.000	8.070.920.000
1822	-	9.170.920.000	9.170.920.000
1823	-	9.994.320.000	9.994.320.000
1824	-	11.390.920.000	11.390.920.000
1825	-	11.940.920.000	11.940.920.000
1826	-	13.390.920.000	13.390.920.000
1827	-	21.574.920.000	21.574.920.000
1828	-	21.355.920.000	21.355.920.000
1829	1.490.000.000	19.017.430.000	20.507.430.000
1830	1.490.000.000	18.859.940.000	20.349.940.000
1831	-	-	0
1832	-	-	0
1833	-	-	0
1834	-	-	0
1835	30.702.559.000	-	30.702.559.000
1836	-	-	0
1837	-	-	0
1838	39.476.126.000	-	39.476.126.000
1839	-	-	-
1840	-	54.500.000	54.500.000
1841	40.199.585.000	296.500.000	40.496.085.000
1842	43.689.115.000	325.500.000	44.014.615.000
1843	46.520.997.000	233.500.000	46.754.497.000
1844	48.267.496.000	325.500.000	48.592.996.000
1845	50.379.633.000	643.000.000	51.022.633.000
1846	50.668.475.000	949.500.000	51.618.475.000
1847	48.783.909.000	1.496.700.000	50.380.599.000
1848	47.802.226.000	1.515.000.000	49.317.226.000
1849	47.531.613.000	1.147.440.000	48.600.857.000
1850	46.884.061.000	1.147.440.000	48.832.805.000
1851	46.884.317.000	1.313.000.000	48.973.317.000
1852	46.884.317.000	3.631.050.000	50.315.367.000
1853	46.692.805.000	5.569.000.000	52.261.085.000

Fonte: Elaboração própria com base em Calógeras (1960, p. 80).

Ao analisar simultaneamente as séries de Meili (1903) (quadro 4) e de Calógeras (1960) (quadro 5) nos anos em que há sobreposição (1849 a 1853), nota-se que os valores gerais de circulação fiduciária não são idênticos. Na verdade, as divergências mais significativas aparecem nos montantes atribuídos aos bancos, resultando em totais ligeiramente diferentes. Essa diferença pode decorrer de metodologias distintas adotadas por cada autor na apuração dos dados ou mesmo da forma como foram registradas as emissões. Ainda assim, a comparação entre os dois quadros no período de sobreposição permite verificar a coerência aproximada dos números, sobretudo em relação ao Tesouro, reforçando o caráter complementar das fontes.

5. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A comparação sistemática dos dados sobre cunhagem metálica e emissões de papel-moeda salienta, à primeira vista, a complexidade inerente ao estudo do meio circulante no Brasil oitocentista. O quadro 3, que confronta as estimativas de Calógeras (1960) e Maldonado (2011) para moedas metálicas, tem divergências substanciais em vários anos, ainda que haja algumas convergências pontuais no final da série (1852 e 1853). De modo geral, as discrepâncias aparecem tanto em valores absolutos quanto na distribuição por tipo de metal. Por exemplo, em 1835, Calógeras (1960) aponta uma soma próxima de 20,05 bilhões de réis, enquanto Maldonado (2011) registra 148 milhões de réis, o que se traduz em uma diferença de ordem muito superior. Situação inversa ocorre em 1851, quando Calógeras (1960) apresenta mais de 6,8 bilhões de réis em ouro e prata, contra cerca de 658 milhões de réis em Maldonado (2011).

Essas disparidades podem ser atribuídas a distintos fatores. Em primeiro lugar, é possível que os autores tenham empregado metodologias diferentes para o cômputo das quantidades efetivamente cunhadas. Calógeras (1960), por exemplo, utilizava relatórios ministeriais como fonte primária para embasar suas análises sobre a circulação monetária e a cunhagem de moedas no Brasil. O próprio autor menciona essa metodologia ao introduzir o conjunto de dados sobre moedas metálicas e circulação fiduciária, apresentados no artigo (quadros 2 e 5), sobre o período de 1809 a 1853.

Esse quadro, organizado de acordo com os dados dos relatórios ministeriais, é incompleto quanto à circulação fiduciária. A do Tesouro não é sempre citada com exatidão nos relatórios. A dos bancos, constituída de vales, não menciona os dados referentes ao Banco do Pará, que começou a funcionar em 1847, os quais não conseguimos obter (CALÓGERAS, 1910, p. 79).

Em segundo lugar, a terminologia e o sistema de registro nos documentos originais da Casa da Moeda e do Tesouro podem ter variado ao longo do tempo, resultando em lacunas ou interpretações divergentes das fontes. Além disso, o grau de entesouramento (ou seja, o hábito de se guardar moedas de ouro e prata como reserva de valor) pode não ter sido contabilizado de forma uniforme, gerando variações significativas entre as estimativas. Como destaca Franco (1987, p. 27), a baixa penetração do sistema bancário no interior do país consolidou esse comportamento, tornando comum a retenção da moeda sob a forma de espécie manual, em vez de depósitos bancários.

Apesar dessas diferenças, alguns pontos de convergência chamam a atenção. Em 1852, por exemplo, Calógeras (1960) aponta 4,547 bilhões de réis em moedas metálicas, valor muito próximo ao indicado por Maldonado (2011) (4,546 bilhões de réis). Já em 1853, ambos coincidem exatamente nos 5,992 bilhões de réis, algo notável entre essas séries históricas que,

como visto, costumam apresentar alta variabilidade. Esses anos de convergência podem indicar que, à medida que se aproxima da metade do século, as estatísticas passaram a ser compiladas de forma mais padronizada ou que a colaboração entre diferentes órgãos emissores e de registro se tornou mais eficiente.

No que diz respeito ao papel-moeda, os quadros 4 e 5 mostram uma evolução notável da quantidade em circulação ao longo do século XIX, sobretudo a partir de 1849. O cruzamento de ambas as séries nos anos de sobreposição (1849 a 1852) demonstra razoável aproximação nas cifras totais, sobretudo nas emissões atribuídas ao Tesouro. As diferenças mais significativas surgem na parcela referente aos bancos, reflexo das distintas metodologias de aferição ou de lacunas na compilação das emissões bancárias, que poderiam ser provisórias ou não oficializadas. Ainda assim, observa-se uma trajetória de crescimento contínuo do papel-moeda ao longo da década de 1850, coincidindo com um período em que o governo imperial buscava maior centralização e regulamentação bancária, especialmente após a Lei Bancária de 1853. Com o Banco do Brasil assumindo um papel de destaque na emissão de cédulas houve o fortalecimento da economia monetária, mas também gerou preocupações entre os metalistas, que temiam um processo inflacionário descontrolado.

Essa preocupação já se manifestava décadas antes, como demonstrado pela crise fiscal do final da década de 1820, quando o endividamento do Estado e a emissão de notas do Banco do Brasil geraram forte desvalorização. Carrara (2015, p. 32) aponta que, em 1828, a depreciação do papel-moeda em relação ao ouro chegou a 190% e, em relação à prata, a 110%.

Em termos de dinâmica histórica, esses números podem ser relacionados aos esforços da época para consolidar o padrão-ouro, ao mesmo tempo em que havia a necessidade de suprir a crescente demanda por circulação monetária em uma economia em expansão. A alta demanda de crédito pelos setores exportadores, principalmente o cafeeiro, e a institucionalização do segundo Banco do Brasil (1853) contribuíram para essa expansão da moeda fiduciária. No entanto, os altos níveis de endividamento externo e os ciclos de desvalorização monetária demonstram que a política monetária não foi suficiente para garantir estabilidade econômica de longo prazo. Carrara (2015) reforça o argumento de que a circulação fiduciária não só serviu aos interesses do Estado, mas também foi essencial para o funcionamento do setor exportador e da economia como um todo.

A circulação monetária nessa sociedade não experimentara uma transformação de fundo. Sua nova forma, contudo, era indispensável não apenas para o governo, mas para certos agentes econômicos desempenharem suas funções com maior eficiência, e em especial para os grupos direta ou indiretamente envolvidos nas atividades portuárias: os produtores escravistas e toda a cadeia de agentes ligados à exportação e importação de mercadorias (p. 41).

Como apontado pelos “papelistas” (Cavalcanti, 1983), a emissão de papel-moeda, quando bem administrada, oferecia maior flexibilidade ao sistema financeiro. Por outro lado, o temor de desvalorização e a instabilidade política de certas décadas explicam a recorrência de tensões e debates em torno da adoção plena do padrão-ouro.

Os dados apresentados nas obras analisadas não deixam claro se os valores correspondem a fluxos ou estoques de capital, o que pode impactar a interpretação da evolução do meio circulante. Uma questão relevante é se os aumentos anuais na emissão de moeda metálica ou fiduciária incorporam os volumes anteriores ou se representam apenas novas emissões sem acúmulo explícito. Essa distinção é essencial para compreender a real expansão monetária ao longo do tempo.

Futuras pesquisas poderiam se dedicar a uma análise metodológica mais aprofundada das fontes primárias para esclarecer essa distinção, verificando, por exemplo, se os registros da época indicam um balanço acumulativo ou apenas a variação anual. Outra linha de investigação promissora seria correlacionar os montantes de emissão monetária com a variação cambial da libra esterlina, utilizando essa taxa como um possível indicador indireto da inflação. Esse tipo de abordagem permitiria avaliar em que medida a ampliação da base monetária se refletiu na desvalorização da moeda brasileira e nas dinâmicas de preços no período analisado.

No cômputo final, a análise quantitativa dos resultados reforça a ideia de que a circulação monetária brasileira no século XIX não seguiu um caminho linear ou isento de conflitos. Ao contrário, tanto a cunhagem de espécies metálicas quanto a emissão de bilhetes são atravessadas por distintas fases políticas, guerras fiscais, reformas bancárias e pressões sociais por estabilidade. O confronto entre as fontes historiográficas, demonstra que o esforço de quantificação encontra desafios significativos, especialmente na compatibilização dos registros disponíveis. Ainda assim, o exame das séries revela tendências mais amplas e permite compreender, em linhas gerais, como as transformações institucionais, a conjuntura econômica e as disputas de poder moldaram o meio circulante do Brasil oitocentista.

6. CONCLUSÃO

Não existe pesquisa empírica sem pesquisa básica. É com essa premissa que o presente artigo busca contribuir para o debate historiográfico, reunindo em um documento os dados acerca do meio circulante no Brasil oitocentista, obtidos a partir da análise crítica e comparativa dos dados de cunhagem de moedas metálicas e emissões de papel-moeda. A partir

das informações reunidas em fontes como Calógeras (1960), Maldonado (2011) e Meili (1903), foi possível demonstrar a existência de divergências numéricas expressivas, fruto das diferentes metodologias e lacunas na documentação de época. Ainda assim, a pesquisa confirmou a relevância de se compreender em profundidade as variações e a composição do meio circulante, relacionando-o ao contexto histórico, político e econômico que marcou a transição imperial e os primeiros passos da modernização financeira brasileira.

A dificuldade de conciliar registros oficiais, estimativas privadas e compilações posteriores evidenciou a necessidade de uma abordagem sistematizada, que consolidasse em um único conjunto de dados as principais emissões, recunhagens, valores nominais e práticas de entesouramento. Os resultados mostraram que, embora existam desafios consideráveis de consistência e completude nas séries históricas, a análise dos valores disponíveis permite identificar tendências gerais: crescimento do papel-moeda em períodos de expansão econômica, influência de reformas legais sobre a cunhagem metálica e oscilações motivadas por crises cambiais e instabilidade política.

Nesse sentido, o artigo cumpre o objetivo de organizar e comparar diferentes estimativas, ao mesmo tempo em que evidencia as lacunas ainda presentes nos estudos sobre o tema. A literatura acadêmica, embora apresente contribuições relevantes, carece de sínteses abrangentes que integrem a evolução da moeda metálica e da fiduciária no século XIX brasileiro. A proposta metodológica aqui adotada busca preencher parte dessa lacuna, oferecendo uma base sólida para futuras investigações que possam aprimorar a confiabilidade das informações e aprofundar a compreensão das dinâmicas monetárias do período.

Conclui-se, portanto, que a sistematização do meio circulante pode cumprir o papel de elucidar a formação das bases econômicas e financeiras que moldaram o desenvolvimento do Brasil nos séculos seguintes. Apesar das limitações documentais, este estudo reforça a importância de se analisar o meio circulante como centro da história monetária brasileira, incentivando pesquisas futuras sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Patrícia de Oliveira. Patronos do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – Quadro 1. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: https://www.gov.br/esg/pt-br/composicao/divisao-de-memoria-institucional-e-biblioteca-dmib/copy_of_memoria-institucional/patronos-do-curso-de-altos-estudos-de-politica-e-estrategia-quadro-1.pdf.

CALÓGERAS, João Pandiá. A política monetária do Brasil. Tradução do original francês *La Politique Monétaire du Brésil*, publicado em 1910. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARRARA, Angelo Alves. A constituição do sistema monetário do Brasil, 1822-1835. *Revista Uruguaya de Historia Económica*, Montevideu, v. 5, n. 8, p. 29-45, nov. 2015. Disponível em: https://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/Revista/REvista_8/carrara%2029%20a45.pdf.

CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional (1808–1835)*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FRANCO, Gustavo H. B. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, RJ: PUCRJ, 1987.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Parte IV – Economia de Transição para o Trabalho Assalariado, Capítulo XXVII: A tendência ao desequilíbrio externo.

MALDONADO, Rodrigo. *Catálogo oficial das moedas brasileiras*. [Turim]: MBA Editores Associados, 2011.

MEILI, Julius. *O meio circulante no Brasil (parte III: a moeda fiduciária no Brasil, 1771-1900)*. Zurique: J. Frey, 1903, p. 185-186.

ORTIGÃO, Ramalho. *A moeda circulante no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1914.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

PIRES, Olivia Carolino. *Moeda e desenvolvimento no Brasil, na passagem para o século XX*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *O tonel das Danaides: um estudo sobre o debate do meio circulante no Brasil entre os anos de 1850 a 1866 nas principais instâncias decisórias*. 2013, 444 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WILDBERGER, Arnold. *Julius Meili, pai da numismática brasileira*. Centro de Estudos Baianos. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1982.